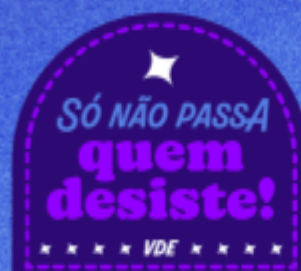




ATIVIDADES DE TREINO

Repartição de
competências

Profª Natalia Valença





SUMÁRIO

ATIVIDADE

Questão 1

Questão 2

Questão 3

GABARITO

Questão 1

Questão 2

Questão 3

3

3

3

3

5

5

5

6



ATIVIDADE

Questão 1

(XXXVIII EXAME DE ORDEM - Questão 3 - 2023) Com o objetivo de aproveitar o potencial energético dos seus cursos d'água, o Município Beta editou a Lei no XX, estatuinto regras específicas a respeito do represamento da água e da localização das estruturas responsáveis pela transformação da energia potencial gravitacional gerada a partir dela. Além disso, cominou multa, que variava de um a cinco salários mínimos, a depender do capital social da sociedade empresária infratora, para cada dia em que os seus comandos fossem descumpridos. Preocupada com o teor da Lei no XX, a sociedade empresária Alfa procurou os seus serviços como advogado(a) e formulou os questionamentos a seguir.

A) A Lei no XX, a respeito do aproveitamento energético dos cursos d'água, se enquadra na competência legislativa do Município Beta, sendo compatível com a CRFB/88? Justifique. (Valor: 0,60)

B) A cominação de multa, com os valores máximo e mínimo sendo definidos da forma estabelecida pela Lei no XX, é compatível com a CRFB/88? Justifique. (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 2

(XXX EXAME DE ORDEM - Questão 3 - 2019) A Lei XX/2015 do Estado Alfa isentou os usuários do serviço de telefonia móvel residentes no Estado, cuja renda familiar não superasse o valor de dois salários mínimos, do pagamento do respectivo serviço. No final de 2018, a Lei XX foi expressamente revogada, sendo ainda determinada a desconsideração de qualquer efeito que tenha produzido durante a sua vigência. À luz da situação hipotética acima descrita, responda aos itens a seguir.

A) A Lei XX/2015 era compatível com a ordem constitucional? (Valor: 0,70)

B) A determinação, por ocasião da revogação da Lei XX/2015, de que deveria ser desconsiderado qualquer efeito que tenha produzido durante a sua vigência, afronta algum direito adquirido dos usuários, oponível às concessionárias do serviço? (Valor: 0,55)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 3

(XXIX EXAME - QUESTÃO 1 - 2019) Um Deputado Estadual foi condenado, em sentença criminal transitada em julgado, à pena de 4 (quatro) anos de detenção, que veio a ser convertida em pena restritiva de direitos. Em casos como esse, a lei estadual dispunha que o Deputado Estadual não teria os direitos políticos suspensos, salvo se a pena restritiva de direitos fosse descumprida e viesse a ser convertida em



pena privativa de liberdade. Nesse caso, a suspensão dos direitos políticos iria perdurar até que fosse cumprida a pena. Considerando a narrativa acima e o princípio da simetria, responda aos questionamentos a seguir.

A) A lei estadual, ao disciplinar a suspensão dos direitos políticos, é formal e materialmente compatível com a Constituição da República? (Valor: 0,80)

B) Na situação narrada, é possível que o Deputado Estadual preserve o seu mandato mesmo tendo os direitos políticos suspensos? (Valor: 0,45)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

**GABARITO****Questão 1**

A) Não. Compete privativamente à União legislar sobre água e energia, nos termos do Art. 22, inciso IV, da CRFB/88.

B) Não. É vedada a vinculação da multa ao salário mínimo, nos termos do Art. 7º, inciso IV, da CRFB/88.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) Não. Compete privativamente à União legislar sobre água e energia (0,50), nos termos do Art. 22, inciso IV, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,50/ 0,60	
B) Não. É vedada a vinculação da multa ao salário mínimo (0,55), nos termos do Art. 7º, inciso IV, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,55/ 0,65	

**Palavra-chave (procure no índice)****ÁGUAS****ENERGIA****SALÁRIO****Questão 2**

A) Não. A Lei XX/2015 é formalmente inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre telecomunicações, conforme o Art. 22, inciso IV, da CRFB/88. Além disso, é materialmente inconstitucional, pois compete à União explorar os serviços de telecomunicações, o que impede que o Estado Alfa conceda isenções, segundo o Art. 21, inciso XI, da CRFB/88.

B) Não. Para que um direito seja incorporado ao patrimônio do usuário do serviço, consubstanciando um direito adquirido (0,25), é preciso que tenha sido instituído por uma lei válida (0,30), o que não foi o caso da Lei XX/2015.



ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) Não. A Lei XX/2015 é formalmente inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre telecomunicações (0,60), nos termos do Art. 22, inciso IV, da CRFB/88 (0,10). OU É materialmente inconstitucional, pois compete à União explorar os serviços de telecomunicações (0,60), nos termos do Art. 21, inciso XI, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,60/0,70	
B) Não. Para que um direito seja incorporado ao patrimônio do usuário do serviço, consubstanciando um direito adquirido (0,25), é preciso que tenha sido instituído por uma lei válida (0,30), o que não foi o caso da Lei XX/2015.	0,00/0,25/0,30/ 0,55	



Palavra-chave (procure no índice)

TELECOMUNICAÇÕES: Art. 22, IV, da CRFB/88 - Competência privativa da União

UNIÃO: Art. 21, XI, da CRFB/88 - Exploração direta de concessão de serviços de telecomunicações

Questão 3

A) A lei estadual é formalmente incompatível com a Constituição da República, pois a suspensão dos direitos políticos impõe restrições à cidadania, sendo que a União possui competência legislativa privativa para legislar sobre essa matéria, nos termos do Art. 22, inciso XIII, da CRFB/88. Além disso, é materialmente inconstitucional, pois a suspensão dos direitos políticos deve manter-se operativa enquanto durarem os efeitos da sentença criminal transitada em julgado, qualquer que seja a pena aplicada, nos termos do Art. 15, inciso III, da CRFB/1988.

→ A questão envolve o tema de **repartição de competências e direitos políticos** e buscava saber se o examinando consegue distinguir qual espécie de inconstitucionalidade a violação a essas previsões constitucionais gera.

Violação à repartição de competências = inconstitucionalidade FORMAL

Violação aos direitos políticos = inconstitucionalidade MATERIAL



Essa questão foi inserida neste material para o aluno exercitar o tema da repartição de competências. Contudo, os direitos políticos também fazem parte da resposta, pois a mistura de tópicos em uma mesma questão é algo muito cobrado pela banca da OAB. Nesse caso, basta manter a calma e olhar a sua legislação.

O Capítulo IV, do Título II, da CRFB/88 trata dos Direitos Políticos. Seu art. 15 assim dispõe:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

(...)

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

Analisando esse dispositivo e a lei estadual citada pelo enunciado, é possível notar que a CRFB/88 prevê a suspensão dos direitos políticos para condenação criminal transitada em julgado, não fazendo distinção sobre a pena imposta. Portanto, a lei estadual, ao estabelecer distinção entre a condenação por pena privativa de liberdade e pena restritiva de direito violou dispositivo constitucional, gerando uma inconstitucionalidade material (de conteúdo).

B) O Deputado Estadual pode preservar o seu mandato, mesmo tendo os direitos políticos suspensos, caso assim o decida a Casa Legislativa, segundo o Art. 55, inciso VI e § 2º, c/c. o Art. 27, § 1º, da CRFB/88.

→ Neste caso, a questão aborda o tema relativo às **imunidades parlamentares**. Da mesma forma, bastava ler com atenção o texto constitucional para encontrar a resposta.

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A1) Não. A lei estadual é formalmente incompatível com a Constituição da República, pois a suspensão dos direitos políticos impõe restrições à cidadania, sendo que a União possui competência legislativa privativa para legislar sobre essa matéria (0,30), nos termos do Art.	0,00/0,30/0,40	



22, inciso XIII, da CRFB/88 (0,10).		
A2) Não. A lei estadual é materialmente inconstitucional, pois a suspensão dos direitos políticos deve manter-se operativa enquanto durarem os efeitos da sentença criminal transitada em julgado, qualquer que seja a pena aplicada (0,30), nos termos do Art. 15, inciso III, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,30/0,40	
B) Sim. O Deputado Estadual pode preservar seu mandato, mesmo tendo os direitos políticos suspensos, caso assim o decida a Casa Legislativa (0,35), nos termos do Art. 55, § 2º, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,35/0,45	



Palavra-chave (procure no índice)

UNIÃO: Art. 22, XIII, da CRFB/88 - Cidadania

CONDENAÇÃO CRIMINAL: (art. 15, III, da CF)

MANDATO ELETIVO: Art. 27, § 1º, da CRFB/88 - Deputado Estadual; Art. 55, VI, da CRFB/88 - perda por condenação criminal.